

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

NATALIA DO NASCIMENTO FIDELES GALVÃO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO UM DIREITO

João Pessoa – PB
2023



Editar com o WPS Office

NATALIA DO NASCIMENTO FIDELES GALVÃO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO UM DIREITO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia, da Universidade Federal da
Paraíba, como exigência para obtenção de
título de licenciatura plena em Pedagogia.
Orientadora: Prof. Suelídia Maria Calaça

João Pessoa – PB

2023



Editar com o WPS Office

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G182e Galvão, Natália do Nascimento Fideles.
Educação de jovens e adultos como um direito /
Natália do Nascimento Fideles Galvão. - João Pessoa,
2023.
28 f.

Orientação: Suelidia Maria Calaça.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Pedagogia. 3.
Direito a educação. I. Calaça, Suelidia Maria. II.
Título.

UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104



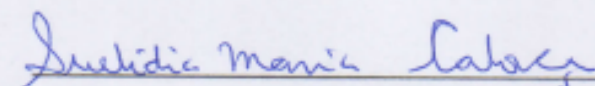
NATALIA DO NASCIMENTO FIDELES GALVÃO

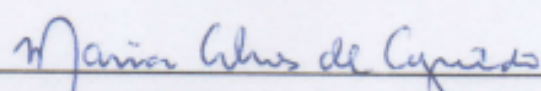
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO UM DIREITO

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido à Banca Examinadora
designada pelo Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção do
grau de licenciatura plena em Pedagogia.

Aprovado em 13 de Junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Orientadora Profa. Dra. Suelídia Maria Calaça


(Examinadora) Profa. Dra. Maria Alves de Azerêdo


(Examinador) Profr. Me. Luciano De Sousa Silva

João Pessoa – PB

2023



Dedico a Deus, por me capacitar na caminhada e à minha família pelo apoio.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me manter de pé ao longo de toda minha trajetória acadêmica, por cuidar e me proteger sempre. Sinto seu cuidado diariamente em cada detalhe.

Eu não teria como ter chegado até aqui sem a ajuda de muitos e estou dando o meu melhor para recompensá-los.

Ao meu filho Gustavo que desde a sua concepção me fez querer ser o melhor que posso ser. Assim tenho dedicado todo meu esforço para ele e por ele, que foi meu incentivo para nunca desistir, sem ele eu não seria metade da mulher que sou hoje. Me dedico filho para te proporcionar o melhor, para te dar bons exemplos, e o mais significativo que posso te deixar é a fé, amor e conhecimento.

À minha mãe Angelita, que apesar de toda a sua simplicidade sempre batalhou muito por meus estudos e sempre sonhou com sua filha formada. Mãe, você é minha heroína! Se esforçou desde de sempre para me ofertar bons estudos, para mim e meu irmão Rafael, juntamente com meu pai Severino. Batalhava muito durante o dia trabalhando fora em faxinas e cuidando de nós e a noite, ainda sim, deu continuidade nos seus estudos na EJA.(Muito obrigada, obrigada, obrigada.) Seu esforço valeu a pena. Sua filha consenguiu se formar e lhe digo esse é o primeiro de outros que virão.

À minha eterna amiga Pollyana, que próximo à reta final foi a minha maior incentivadora, acreditando no meu potencial e cuidando da minha saúde que estava debilitada.

À minha orientadora Suelídia, que mesmo sem se recordar de mim, pois fui sua aluna nas disciplinas iniciais do curso, se disponibilizou e aceitou me orientar em um curto período de tempo.

A todos os professores pelo empenho e dedicação durante o decorrer do curso, nas disciplinas teóricas iniciais, específicas e teórico-práticas.

E por fim, agradeço a mim mesma, por ter conseguido concluir este trabalho que aconteceu diante de varias dificuldades. Apesar de todas noites de insônia e de algumas crises de ansiedade no qual foram um foram um grande desafio para mim, estou realizada com sua conclusão.

Obrigado a todos, que de forma direta ou indiretamente me ajudaram e



acreditaram em mim.

"Esforça-te, e tem bom ânimo; não pases, nem te espantes: porque o Senhor teu Deus é contigo, por onde quer que andares." (Bíblia Sagrada,Josué 1:9)

Essa conclusão é uma prova do meu esforço, dedicação e determinação.



Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.



Paulo Freire

GALVÃO, Natália do Nascimento Fideles. **Educação de jovens e adultos como um direito**. 2023. 29 p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa-PB.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado de estudos realizados na área de aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e tem por objetivo refletir o direito à educação de jovens e adultos (EJA). Este trabalho utiliza de metodologia de cunho bibliográfico no qual se fez a pesquisa com diversos autores que dialogam acerca do tema. Para realizar este estudo utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica trazendo uma abordagem de maneira sucinta no qual traz como tema para lançar o objetivo principal, a pedagogia como uma ciência, traz também alguns marcos importantes na trajetória da educação de jovens e adultos, seu conceito e funções, sujeitos que fazem parte de tal ensino que são diversos e possuem suas particularidades, são eles jovens, adultos e idosos. Além do mais, aborda o perfil do professor que precisa compreender a diversidade dos seus alunos, a Educação de e (a educação de que?) em direitos humanos e a negação em aprender dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos mesmo diante do seu direito ao ensino.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Pedagogia; Direito; Ensino.



GALVÃO, Natália do Nascimento Fideles. **Young and adult education as a right**. 2023. 29 p. Monograph (Graduation in Pedagogy). Federal University of Paraíba, Education Center, João Pessoa-PB.

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC) is the result of studies carried out in the area of in-depth education in Youth and Adult Education in the Pedagogy course at the Federal University of Paraíba and aims to reflect the right to youth and adult education (EJA) . This work uses a methodology of a bibliographical nature in which research was carried out with several authors who dialogue on the subject. To carry out this study, a bibliographical research was used, bringing an approach in a succinct way in which it brings as a theme to launch the main objective, pedagogy as a science, it also brings some important milestones in the trajectory of youth and adult education, its concept and functions, subjects that are part of such teaching that are diverse and have their particularities, they are young, adults and elderly. In addition, it addresses the profile of the teacher who needs to understand the diversity of his students, the Education of and (the education of what?) in human rights and the denial of learning of the subjects of Youth and Adult Education even in the face of their right to teaching.

Keywords: *Youth and Adult Education; Pedagogy; Right; Teaching.*



LISTAS DE SIGLAS

ABC - Cruzada Ação Basica Cristã;
CEAA - Campanha de Educação de Jovens e Adultos;
CEB - Câmara de Educação Básica;
CNE - Conselho Nacional de Educação;
CONFITEA - Conferência Internacional para a Educação;
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos;
EJA – Educação de Jovens e Adultos;
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização;
ONU - Organização das Nações Unidas;
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
PNAA – Plano Nacional de Alfabetização De Adultos;
PNAC - Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania;
PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.



SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A PEDAGOGIA COMO CIENCIA.....	15
2.1 CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO.....	15
3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	18
3.1 CONCEITO E FUNÇÕES.....	19
3.2 SUJEITOS.....	21
3.3 PROFESSORES DA EJA.....	22
4 EJA COMO UM DIREITO.....	24
4.1 EDUCAÇÃO DE EM DIREITOS HUMANOS.....	24
4.2 O ALUNO SE NEGA EM APRENDER.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28



1 INTRODUÇÃO

Ao discutir o tema de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é possível fazê-lo sob diferentes perspectivas. Pode-se evidenciar questões jurídicas, cognitivas, geracionais, classes sociais, gênero, raça/etnia, condições (urbanas ou rurais), contextos históricos, sociais, culturais, econômicos ou políticos nos quais os sujeitos discentes da EJA e suas trajetórias de vida estão inseridos, pensando nas especificidades e na diversidade desses assuntos. Para as pessoas que interromperam os estudos do ensino fundamental ao ensino médio, tem o direito de ingressarem à escola, de forma gratuita, de acordo com a Constituição Federal de 1988, através do art. 37, cabe ao Poder Público a garantia a esses indivíduos, o ingresso e permanência à escola, através de ações integradas e complementares.

Refletir sobre os jovens, adultos e idosos que estudam na EJA significa considerá-los para além da dimensão cognitiva a partir da qual foram pensados ao longo do processo histórico de escolarização, têm-se que enxerga-los como seres humanos que tem sua trajetória de vida e seu contexto social. Além disso, implica em desconstruir uma percepção homogênea sobre quem são os alunos, superando as categorias abstratas de jovens e adultos para as quais as características sociais têm um papel social que foram convencionalizados. Assim, os alunos passam a ser compreendidos pelas situações vividas ao longo de suas vidas que produzem subjetividades, saberes e diferentes modos de existência.

O presente trabalho tem por objetivo principal refletir sobre a educação de jovens e adultos como um direito. E por objetivos específicos o qual colaboraram para chegar no principal, são eles: refletir a ciência da educação; discutir a Educação de Jovens e Adultos seus conceitos e funções, sujeitos e professores da EJA e considerar a EJA como um direito a partir da negação do aluno em aprender.

O curso de licenciatura de Pedagogia na UFPB, tem duas opções de área de aprofundamento que são elas: Educação especial e Educação de jovens e adultos. Minha área escolhida foi educação de jovens e adultos, na qual têm os componentes curriculares Estágio Supervisionado V de EJA, Educação e Movimentos Sociais, Alfabetização de Jovens e Adultos e Fundamentos Históricos da Educação de Jovens e Adultos.



O tema surgiu mediante o aprofundamento nesta área, durante os estágios finais do curso de Pedagogia, onde pude me identificar quanto à modalidade de ensino e as metodologias utilizadas em sala de aula.

Para falar um pouco da opção pelo tema peço licença a você leitor para redigir em poucas linhas e em primeira pessoa, como cheguei nessa temática. Ao decorrer do curso, obtive uma identificação imediata com o tema em questão, por essa identificação escolhi cursar a disciplina optativa, denominada “Cultura e educação de jovens e adultos”, na qual já estava totalmente envolvida com a modalidade. No período seguinte, ao cursar a disciplina de Ensino de ciências o professor trouxe para sala de aula uma roda de conversa com professores da EJA onde dialogamos sobre metodologias de ensino direcionadas para EJA. Foi nessa roda de conversa que decidi que meu trabalho de conclusão de curso seria sobre ludicidade na EJA. A ideia era trabalhar metodologias ativas para o público de adolescentes, adultos e idosos. Posteriormente, passei a cursar Pedagogia no período noturno, pois trabalhava durante todo o período vespertino, foi então o detalhe que faltava para estar na área de aperfeiçoamento da EJA.

Cursando á noite, minha área de aprofundamento foi direcionada para EJA. Cursei meu estágio supervisionado final em uma Escola Estadual De Ensino Fundamental Desembargador Brás Baracuchy no bairro onde moro, no Bairro Castelo Branco em João Pessoa, com a sala inicial da EJA. Assim surgiu a primeira proposta de pesquisa, cujo o título foi: A importância da ludicidade na Educação de jovens e adultos: um estudo numa escola pública no município de João Pessoa. Nesta pesquisa aplicaria entrevistas com alguns professores da EJA e analisaria a metodologia de ensino por eles aplicadas e relatadas nas entrevistas. Depois de concluir as disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Pedagogia, deixei por último a escrita do TCC.

No entanto, fui demitida do trabalho e me deparei com algumas dificuldades como a depressão e a ansiedade. Além do mais, vivenciamos a pandemia do Covid-19 e eu sofri um aborto. Logo, em decorrência de todos esses acontecimentos, houve um atraso para que houvesse a conclusão do TCC final.

A partir da orientação da professora responsável pela escrita do TCC, a temática inicial do trabalho foi modificada, tendo como principal justificativa o tempo exíguo para realização de entrevistas.

Então decidimos permanecer com o pensamento da temática inicial, no



entanto utilizando uma abordagem diferenciada. Foi aí que surgiu o tema final, abordaríamos a temática da EJA, porém utilizando esta modalidade de ensino como um direito para jovens, adultos e idosos.

A nova temática seria a Educação de jovens e adultos como um direito, utilizando uma revisão bibliográfica na qual abordara assuntos como a ciência da pedagogia, conceitos, sujeitos e professores da EJA e o direito a partir da negação em aprender.

A metodologia utilizada para produção do trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, na qual faz uma revisão de literatura para alcançar os objetivos propostos. Segundo Antonio Chizzotti a própria atividade pesquisadora tende a se expandir como uma forma de ensino-aprendizagem, nas quais as novas gerações serão formadas.

Cresce, porém, a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la. (CHIZZOTTI, 2014, p. 52.)

O trabalho foi estruturado da seguinte forma, além desta Introdução, ele possui outras três partes, mais as Considerações Finais.

A seguir tem-se a segunda parte intitulada por “A ciência da pedagogia” no qual aborda a Pedagogia como uma ciência, utilizando como referencia Comenius e Herbart.

A parte três intitulada por a “Educação de Jovens e Adultos” e está estruturado em três etapas, o conceito de EJA de acordo com Câmara de Educação Básica (CEB) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), traz também quais os sujeitos dessa modalidade de ensino e por fim, aborda de uma maneira geral o perfil do professor da EJA.

A parte quatro intitulada por “EJA como um direito”, traz dois tópicos que abordam a educação de e em direitos humanos e a negação dos sujeitos da EJA em aprender.

Após esse processo, finalizo trazendo as considerações finais dessa pesquisa.

2 A PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA



Nesta parte do trabalho vamos discutir a pedagogia como ciência, utilizando como referência Comenius e Herbart.

2.1 CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Início a discussão do trabalho com o entendimento de que a educação é uma prática social e humana, algo que é inerente ao ser humano e que se desenvolve nos mais variados espaços. A Educação é um processo que envolve socialização e humanização, pois não nascemos prontos, nascemos seres biológicos com capacidade de aprender, inseridos em uma cultura, e a partir de então passamos por um processo de desenvolvimento e aprendizagem. Mas, quando se pensa em uma educação formal se remete a ideia de educação básica, educação do campo, educação de jovens e adultos e ensino regular, no entanto, a educação é uma prática antes de tudo humana.

A educação é uma atividade exclusiva do humano e ocorre entre os seres humanos, com dupla e simultânea finalidade de, ao mesmo tempo que insere os novos humanos na sociedade existente, os constrói em sua subjetividade e os coloca também em contato com o outro, os outros, possibilitando-os verem-se entre os outros, na relação entre o que é igual e diverso (PIMENTA, PINTO, SEVERO, 2020, p. 3).

A partir do desenvolvimento do processo civilizatório muitas questões sobre o ensino e escola recebiam um tratamento mais elaborado. Ao longo dos anos a pedagogia construiu um acervo teórico rico e importante. No século XVII *Comenius*¹, que é considerado o pai da pedagogia moderna dedicou-se nos métodos de ensino usados nas escolas e no seu desenvolvimento. O objetivo do ensino e da pesquisa é desenvolver um método de ensino organizado em que se ensinem tudo a todos.

Assim se desenvolve a grande obra *Didática Magna* de *Comenius* em 1632, que visou ensinar com métodos definidos em cada estágio de desenvolvimento,

¹ João Amós Comênio em português; Nivnice, 28 de março de 1592 – Amsterdão, 15 de novembro de 1670) foi um bispo protestante da Igreja Morávia, educador, cientista e escritor checo. Como pedagogo, é considerado o fundador da didática moderna.

sendo a favor de uma escola pública, uma educação para meninos e meninas, com crítica ao método escolástico que não provocava o aluno a buscar novos conhecimentos. Então, é essa a primeira abordagem sistematizada de didática voltada para o ensino de forma organizada.

Em relação ao professor segundo *Comenius* o mesmo deveria utilizar como metodologia o ensinar “tudo a todos”, no qual para se ensinar um assunto se deve apresentar o objeto ou ideia diretamente fazendo demonstração, pois segundo sua metodologia, o aluno absorve mais conhecimentos com os sentidos, vendo e tocando, além de mostrar a utilidade do conhecimento e sua aplicação na vida diária do aluno, fazer uma correlação com a natureza, explicar os princípios gerais e depois ir para os detalhes e por fim, passar para o assunto seguinte só quando o aluno tiver compreendido o anterior.

Comenius percebeu ideias iniciais de interdisciplinares e o ritmo de desenvolvimento, a ideia de que o tempo é individual, ou seja cada aluno tem seu tempo de aprendizagem e que a educação é importante no mundo da natureza.

Com Herbart², que é uma referencia da educação tradicional, a pedagogia passa por um novo tipo de sistematização e conquistas adquirindo seu caráter científico.

Portanto, uma possibilidade de ciência (como organização, como sistematização) para uma pressuposta tarefa que comporta um saber-fazer que é artístico, artesanal, que é próprio da criação, do espontaneísmo (a prática educativa). Sua proposta inicial não busca separar ciência e arte da educação, mas sim busca uma ciência que se organize para compreender e qualificar a imanência do artístico na realização da prática educativa (FRANCO, 2008, p. 33).

Durante o percurso de sua trajetória, a pedagogia une sua parte científica com modo intencional de realizar educação e vai dialogar com outras ciências educacionais, fazendo uma grande parceria como por exemplo com a filosofia da educação, sociologia da educação, psicologia da educação, história da educação e etc.

² Johann Friedrich Herbart (Oldemburgo, 4 de maio de 1776 – Göttingen, 11 de agosto de 1841) foi um filósofo, psicólogo, pedagogo, alemão, fundador da pedagogia como disciplina acadêmica.

A Pedagogia investiga os diversos processos educativos. Esses processos podem ser escolares e não escolares. Dentre os processos educativos escolares, tem-se a EJA. Percebendo essa interdisciplinaridade da pedagogia com outras áreas, percebemos a importância na educação de jovens e adultos, onde se constroem conhecimento a partir de uma prática pedagógica, o que é muito vivenciado na EJA.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Os alunos da EJA são geralmente trabalhadores/as, empregados/as e desempregados/as que não tiveram acesso à cultura letrada. O que acontece é que existe grandes disparidades entre ricos e pobres. De acordo com estudos realizados, a população pobre encontra-se em desvantagem principalmente ao se tratar de jovens e adultos. O Brasil permanece um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo, segundo o novo estudo lançado mundialmente no dia 7 de dezembro de 2021 pelo World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris e é codirigido pelo economista francês Thomas Piketty.

Os educadores para fazerem parte do corpo docente do EJA devem ter uma formação inicial, além de contribuírem de forma relevante para o crescimento intelectual do indivíduo, realizando o exercício de cidadania. O resgate da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma importante ferramenta para a análise e a compreensão da situação atual deste processo educacional.

Embasamos nas obras de Paulo Freire e nas atuais Políticas Públicas Nacionais e Estaduais, muito mais do que uma simples compreensão, busca-se uma reflexão acerca da educação de jovens e adultos. Essa modalidade de ensino (EJA), na última década, vivenciou uma série de acontecimentos, de âmbito nacional, estadual e municipal, que trazem a consolidação de uma educação formal que desencadeia reflexões pedagógicas. Pensar na educação, atualmente, nos remete aos princípios Históricos da Educação, que está associada ao processo de colonização.

No início da década de 40, tem-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), vinculando nesse momento a educação de adultos à educação profissional. Ainda na década de 40, surge a campanha de educação de jovens e adultos (CEAA) em que se começa a pensar no material didático para a educação de adultos.

Seguido de outros pontos de estruturação da EJA como a realização do primeiro congresso nacional de educação de adultos em 1947 e em 1949 do seminário interamericano de educação de adultos. Percebe-se nessa década a preocupação com políticas para a educação de jovens e adultos, que tiveram seminário e congresso discutindo esse assuntos, tais como quem faz parte desse público, quais são suas necessidades, como está esse processo educativo, como



pode-se melhorar.

Na década de 50 no Brasil tínhamos um alto índice de analfabetismo, cerca de metade da população se declarava analfabeta. Em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek³, no qual ele convoca um estudo sobre experiências de jovens e adultos em todo Brasil e um grupo ganha destaque, é o grupo de Paulo Freire⁴. Um grupo que se constituía em um movimento para a educação voltada ao desenvolvimento de educação de adultos. Um ponto em destaque era a preocupação de Freire que buscava a educação emancipatória, na qual o adulto aprende a ler o mundo.

Aprender a ler, a alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não uma manipulação mecânica de palavras, mas uma relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (FREIRE, 2006, p.8).

No período de 1958 a 1964 ocorreu ações na qual a educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo como uma educação de base. O segundo congresso nacional de educação de adultos em 1958, em decorrência desse congresso surgiu o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). Que durou até 1964 e foi extinta no governo militar.

Na década de 90, após a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de Jovens e Adultos de 1996 temos uma evolução do ensino supletivo que era visar a instrução para educação de jovens e adultos como diversos processos formativos preocupados com o aluno, uma educação formal e de obrigação do estado com relação a EJA. Sendo um direito e não uma educação compensatória e nem assistencial.

3.1 CONCEITO E FUNÇÕES

³ Juscelino Kubitschek de Oliveira, também conhecido pelas suas iniciais JK (Diamantina, 12 de setembro de 1902 – Resende, 22 de agosto de 1976), foi um médico, oficial da Polícia Militar mineira e político brasileiro. Foi o 21º Presidente do Brasil, entre 1956 e 1961.

⁴ Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19 de setembro de 1921 – São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.



Educação de jovens adultos é uma modalidade de ensino da educação básica com modelo pedagógico próprio, de acordo com a resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000 na qual terá uma identidade própria e considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional.

Surgindo a partir da primeira metade do século passado as CONFITEA que acordo com o Ministerio da educação tem o objetivo de debater e avaliar as políticas implementadas para a modalidade de educação de adultos, a Conferência Internacional de educação de Adultos - CONFINTEA é realizada a cada 12 anos, desde 1949. As seis edições foram recepcionadas, respectivamente, pela Dinamarca, Canadá, Japão, França, Alemanha e Brasil.

De acordo com o Parecer 11/2000 embasado nos princípios normativos da lei 9.394 a EJA é direcionada por três funções de grande relevância social e educacional, são elas, função reparadora, função equalizadora e função permanente. A função reparadora é a qual a EJA não é apenas inserida no ciclo de direitos civis mas é uma reparação de um direito que lhe foi negado, porém considera-se uma conquista no direito de uma educação de qualidade que possa atender as necessidades humanas garantindo condições de igualdade a todos os sujeitos. Considera-se fundamental essa função, haja vista que pode proporcionar condições necessárias para que os jovens, adultos e idosos retornem seus estudos que não foram concluídos na idade regular por algum motivo.

A função equalizadora da EJA é aquela função responsável para promover oportunidades a todos aqueles sujeitos que por qualquer motivo seja de natureza cognitiva, social ou econômica, dentre outros, tiveram sua vida estudantil interrompida. Logo, esta função promove meios para que os sujeitos retornem á escola e nela aperfeiçoe seus conhecimentos e experiências de vida, neste sentido



percebe-se que tem uma possibilidade de equidade escolar a todos aqueles que tiverem esse objetivo.

Já a função permanente é aquela que considera que o conhecimento é contínuo e que acontece por toda vida, sendo interligada diretamente com a essência da EJA que é a formação continuada dos estudantes. Essa função harmoniza com os princípios de que o conhecimento de mundo e científico devem estar atrelados à formação do sujeito. Essa função baseia na ideia de que o ser humano pode ampliar seu conhecimento e se adequar dentro e fora do contexto escolar.

3.2 SUJEITOS

Quem são os sujeitos da EJA? Alguns pesquisadores da área nos dão pistas de quem estamos falando, inicialmente, como aquele que durante a infância ou adolescência, por motivos diversos teve seu acesso à escola interrompido ou, até mesmo, negado. Assim, o retorno à escola provoca diferentes expectativas, além dos inúmeros obstáculos que acabam por desmotivar a continuidade dos estudos, pois os procedimentos metodológicos, materiais didáticos utilizados e o pouco conhecimento da linguagem utilizada em sala de aula dificultam o processo de compreensão dos/as alunos/as aos conteúdos ministrados por professores e professoras, que, em sua maioria, utilizam de métodos tradicionais e pouco motivadores para quem enfrentou um dia inteiro de trabalho e vai à escola.

Logo, é imprescindível compreender que esses jovens e adultos não são apenas meros indivíduos marcados pela ausência de conhecimentos formais na idade adequada à sua aprendizagem, são também, trabalhadores e trabalhadoras, portadores/as de uma linguagem própria que mostra a sua realidade cultural, social, política e econômica, suas visões de mundo, desejos, sonhos e necessidades. Dessa forma, Paulo Freire (1996) afirma que quanto mais o adulto evidencia a ludicidade maior será a chance de conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades e limitações.

Quando falamos no público da EJA não podemos excluir os idosos, que por sua vez constitui um grande potencial da EJA. Assim, afirmamos que os públicos da EJA são jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação em idade escolar adequada. Esse momento embora ocorra de forma acelerada ou



condensada pode permitir o desenvolvimento do aluno no seu ensino-aprendizagem desde que lhe sejam ofertados recursos adequados com metodologias e formas avaliativa adequada, ou seja, permite que o aluno logre com êxito no seu processo de escolarização com um leque de possibilidades após sua formação. Para entrar na modalidade ensino fundamental da EJA o aluno precisa ter mais de 15 anos, e na modalidade de ensino médio tem que ter a idade mínima de 18 anos. Esse ensino pode ocorrer de modo presencial ou à distância (EAD).

3.3 PROFESSORES DA EJA

Por entender toda peculiaridade da EJA, o profissional que deseja trabalhar nessa área tem que ter a formação adequada e compreender a importância desta modalidade de ensino para a sociedade e para o aluno, tendo um olhar e posicionamento político em defesa da mesma.

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheia, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e de outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação (FREIRE, 2011, p. 45).

O professor da EJA necessita ter um olhar diferente, por ser uma modalidade que abrange um público diversificado sendo eles: jovens, adultos e idosos que já carregam por sua própria trajetória uma bagagem de vida. Considerar essa trajetória é muito importante seja ele qual for o motivo.

Jardilino e Araújo (2014, p.171) dizem:

É necessário conhecer os sujeitos da EJA, suas trajetórias, identificando seu perfil, suas expectativas e vivências, para que eles possam ser considerados na construção de propostas e projetos que venham atender-lhes de maneira mais próxima e específica.

Respeitar o tempo do aluno no ensino e aprendizagem é um outro ponto importante, alguns alunos podem ter diferentes tempos de aprendizagem por se tratar de um público bem heterogêneo e diverso. Segundo Freire (1996, p. 23) “Quem



ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Partindo desse conceito pode-se dizer que há uma troca de conhecimentos entre educandos e educadores. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

De acordo com Maria Clara Di Pierro

A demanda pelo ensino fundamental de jovens e adultos é extensa e complexa, comportando em seu interior uma grande diversidade de necessidades formativas. Primeiramente, devemos considerar a necessidade de consolidar a alfabetização funcional dos indivíduos, pois estudos atuais indicam que é preciso uma escolaridade mais prolongada para se formar usuários da linguagem escrita capazes de fazer dela múltiplos usos, com o objetivo de expressar a própria subjetividade, buscar informação, planejar e controlar processos e aprender novos corpos de conhecimento. (DI PIERRO, 2001, p13)

4 EJA COMO UM DIREITO

4.1 EDUCAÇÃO DE E EM DIREITOS HUMANOS

Educação de e em direitos humanos, primeiro temos que interpretar o que quer dizer essa frase. Percebe-se que nessa frase temos dois contextos, educação em direitos humanos e educação para direitos humanos, na qual temos uma visão moderna do indivíduo educado em direitos humanos e para os direitos humanos, assim o indivíduo entende o que são os direitos humanos e que tem direito social a educação.

De acordo com o PNEDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos)

Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa. (p 29)

Educação para direitos humanos é para todos e são os direitos indispensáveis e essenciais para dignidade do ser humano. Segundo a socióloga Maria Victoria Benevides, a educação em direitos humanos é permanente e não passageira, é um trabalho permanente, continuado e global. Educação em valores tem o objetivo de atingir corações e as mentes, não é apenas sobre instrução, por isso se fala tanto em integralidade e desenvolvimento do ser, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos e deve abranger todos os sujeitos educandos e educadores como afirmou Paulo Freire.

De acordo com Benevides (2003, p. 309-310):

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.



Em 1948, tem a declaração universal de direitos humanos (DUDH) criada e aprovada pela ONU, na qual diz em seu Artigo 26.1 “Todo ser humano tem direito à instrução”. A partir dessa declaração outros novos documentos surgiram na intenção de garantir os direitos já proclamados e as novas demandas que foram necessárias. Em 1966, ocorreu o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) que traz o direito à educação à todas as pessoas, diz ainda que “Educação deve habilitar toda a pessoa a desempenhar um papel útil numa sociedade livre, promover compreensão, tolerância e amizade entre todas as nações e grupos, raciais, étnicos e religiosos” (PIDESC, 1966. Art. 13.1)

É um direito de todos a educação, seja ela em qualquer modalidade ofertada, assim Arroyo afirma que:

Não se pode separar o direito à escolarização, dos direitos humanos”, [...] Os “jovens-adultos”, mesmo que tenham estacionado o processo de escolarização, não “paralisam” os “processos de sua formação mental, ética, identitária, cultural, social e política”. [...] É preciso um olhar mais positivo, reconhecendo que os sujeitos da EJA, “protagonizam trajetórias de humanização”, participando em lutas sociais pela garantia de seus direitos (ARROYO 2005: p.24-25) .

4.2 O ALUNO SE NEGA EM APRENDER?

Depois desse diálogo de trajetória da EJA, conceitos, sujeitos, professores e direito à educação tem-se outro ponto a se refletir que são os motivos da não permanência dos alunos na EJA, ou seja, estamos falando de uma das possibilidades da evasão escolar. Essa possível negação do sujeito em aprender pode estar associada a diversos motivos, dentre eles podemos citar o cansaço proveniente da jornada de trabalho exaustiva, que faz parte da realidade da maioria dos alunos da EJA ou da sua rotina diária, outro fator que pode estar relacionado a esta negação em aprender é a contextualização de conteúdos e metodologias não adequadas a modalidade de ensino da EJA.

De acordo com Marta Kohl:

é importante mencionar ainda que a exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal devido a aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos, muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças e por isso



sentem-se humilhados, têm insegurança quanto a sua própria capacidade para aprender. (KOHL, 1999, p. 6)

Sendo assim, além do direito à educação os sujeitos da EJA necessitam de metodologias de ensino e aprendizagem adequadas para as suas idades, tornando o ensino algo prazeroso e lhe ofereça um incentivo para iniciar o processo educacional e/ou dar continuidade nesse processo com o objetivo de conclusão do seu processo formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Após a elaboração desse trabalho posso afirmar que a EJA foi criada com o objetivo de ajudar aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade, ou mesmo as que tiveram e não puderam aproveitá-la, independentemente de seus motivos, e também está intimamente relacionado com as mudanças sociais, econômicas e políticas que marcam vários momentos históricos do país.

Desse modo, esta modalidade de ensino poderá desenvolver as potencialidades do sujeito, a consciência crítico-social e contribuir para um mundo mais sustentável, igualitário e humano. Analisando as três funções da EJA, função reparadora, função equalizadora e função permanente, teoricamente há de se dizer que são caracterizadoras da EJA, mas ao mesmo tempo sabe-se o quanto essa modalidade de ensino precisa superar os muitos desafios que a cercam.

Ressalto que ofertar tão somente o acesso a educação não é satisfatória, é necessário antes de tudo criar subsídios para que os sujeitos sejam respeitados em sua particularidade sendo inseridos no processo educacional e que nele permaneçam. A partir dos desafios da EJA entende-se que os mesmos para serem superados requerem um esforço conjunto de todos que fazem parte da educação, comunidade escolar, sociedade e poder público.

Neste sentido, espero que este trabalho, como todas essas questões que problematizaram e buscaram entender o direito à educação na EJA, possa contribuir nas diversas áreas de estudo, em especial para Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3ª edição. Editora Moderna, 2010.

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte/MG, autêntica, 2005, p. 19- 50.

ARROYO, Miguel González. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In.: NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz e MIRANDA, Shirley Aparecida de. Miguel Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo/ textos selecionados de Miguel Arroyo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BENEVIDES, M. V. Direitos Humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico metodológicos**. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, v. 1.

BENEVIDES, M. V. **Educação em direitos humanos: de que se trata?** In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 309-318.

BÍBLIA. Português. Sagrada: Nova Almeida Atualizada (J. Ferreira de Almeida, Trad.). (2017). Sociedade Bíblica do Brasil.

Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.

Chizzotti, Antonio **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais** / Antonio Chizzotti. 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Di Pierro. Maria Clara. **VISÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**. Cadernos cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

FRANCO, M. A. **Pedagogia como ciência da educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 43.ed. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo Freire: **Uma História de vida**. 1ª Edição Editora Villa das Letras. Indaiatuba, SP. 2006.

JARDILINO, J.R.L; ARAÚJO, R.M.B. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2014.



LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed.

Oliveira, Marta Kohl de. **JOVENS E ADULTOS COMO SUJEITOS DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM**. Trabalho encomendado pelo GT “Educação de pessoas jovens e adultas” e apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd – 26 a 30 de setembro de 1999, Caxambu.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. 21º Plenário, Sessão 1495, 1966.

PIMENTA, S. G.; PINTO, U. A.; SEVERO, J. L. R. **A Pedagogia como locus de formação profissional de educadores(as): desafios epistemológicos e curriculares**. Rev. Práxis Educativa. Ponta Grossa, v. 15, ed. 2015/28, 2020.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000

STRELHOW, Thyales Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>.

SANTOS, Lucíola L. C. P. **Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa**. In: ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade**. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 3, n. 130, p. 99-134, Abr, 2007.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria. (Org.) **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011.

